

DAWSON, Christopher. *Os deuses da Revolução*. Trad. André de Leones. São Paulo: É Realizações, 2018. ISBN: 978-85-8033-354-1.

Christopher Dawson, um dos mais respeitados historiadores ingleses do século XX, realiza nessa obra (publicada postumamente em 1972) uma penetrante análise da Revolução Francesa, considerando as tendências político-culturais e as ideias que originaram, seu desenvolvimento e consequências. Aplica ainda a tese segundo a qual toda cultura se sustenta com base na religião. Ora, apesar de agir em um estado laico, os profetas da Revolução se apoiam na religião para conquistar as multidões. Ressalta também o paradoxo das ideias revolucionárias, de modo que até o terror revolucionário consistiu no predomínio da religião do progresso. Analisa a queda da Idade Média, a Reforma Protestante, o Iluminismo e, por fim, uma série de indagações sobre a possibilidade de se reverter seus males, em particular por intermédio do Cristianismo.

Joseph T. Stuart faz a primeira introdução à obra, ressaltando um fato ocorrido pouco depois da Revolução Francesa, que dá um pouco o tônus da temática proposta por Dawson: o embaixador dos Estados Unidos de Paris em 1792, escreveu que presenciara uma nova religião a nascer, isto é, a “Negação de toda Religião” (p. 7). Segundo Stuart trata-se de um livro de história intelectual (p. 12). Já na segunda introdução, o historiador

Arnold Toynbee ressalta a focalização religiosa de Dawson e as contradições e paradoxos da Revolução Francesa. O livro conta ainda com uma apresentação de James Oliver.

A obra se divide em três partes: 1) A Revolução das ideias, ou seja, as correntes ideológicas que geraram a Revolução; 2) A Revolução Francesa e seu desdobramento histórico; 3) O impacto da Revolução.

Para Dawson, as considerações sobre a religião e a cultura na Antiguidade e na Idade Média aplicam-se à História Moderna. Procura demonstrar que quando procuram banir a religião da sociedade, ela renasce de qualquer forma. Esclarece que a Revolução Francesa deu origem ao nacionalismo, ao socialismo revolucionário, culminando nos totalitarismos contemporâneos.

Na primeira parte, Dawson revela os vários âmbitos da revolução europeia: como o político, econômico e o científico; no entanto, a causa da revolução está antes de tudo na mentalidade e nos anseios humanos que inspiraram os desejos de mudanças expressos por personalidades traduziram isso em ideias e dirigiram as transformações. Foram, segundo o autor, os organismos sociais que as produziram. Até a Idade Média, a Igreja conseguiu manter certa unidade na

Europa e constituir o que chamamos de Civilização Ocidental.

Embora as condições geográficas, econômicas e sociais possam influir nas mudanças culturais, a religião é o mais poderoso agente de mudanças. Para Dawson, há uma íntima relação entre religião, cultura e política.

A Revolução dos tempos modernos ocorreu tanto no âmbito cultural quanto no âmbito religioso.

No século XVI, a civilização assistiu à primeira revolução na Itália, com o Renascimento e à Reforma Alemã, buscando um retorno ao cristianismo primitivo. Embora na aparência inimigos, esses movimentos eram aliados. O primeiro estendeu sua influência a toda a Europa, transformando a arte, a literatura e a ciência, criando um padrão de educação e cultura.

Já a Reforma deu origem a lutas e dissensões “que dividiram a Europa em campos religiosos hostis e seitas beligerantes” (p. 42). A Contrarreforma teve como expoentes: Santo Inácio de Loyola e São Carlos Borromeu, ao acentuar os princípios da civilização cristã que os protestantes negaram, sobretudo os “da autoridade hierárquica, dos sacramentos, do ascetismo e do misticismo” (idem). Por meio de novas ordens religiosas, a Contrarreforma estendeu sua influência ao campo político, especialmente com o apoio da monarquia austro-espanhola, formando

“força política mais imponente da Europa no século XVII” (p. 43).

Já “a Alemanha luterana foi ofuscada pela cultura barroca sulista” (idem) e o espírito calvinista e puritano na Holanda e na Inglaterra foi desfavorável à arte religiosa. O luteranismo, o anglicanismo e o jansenismo formaram uma zona intermediária entre os dois polos da Roma contrarreformista e da Genebra calvinista, impedindo que a Europa se dividisse em duas culturas inteiramente independentes, como foram a Idade Média e o mundo islâmico.

Os ideais políticos medievais, como o caráter divino da monarquia, impediram que “as implicações revolucionárias da Reforma e do Renascimento fossem amplamente realizadas” (p. 46), graças a certa mentalidade afeita à organicidade existente há séculos. Toda a cultura tradicional foi sendo corroída por certo ceticismo descontraindo e despreocupado, que se tornou, segundo Pascal, “o maior perigo que o Catolicismo teve que enfrentar” (p. 49).

O capítulo segundo trata das origens históricas do Liberalismo. Dawson deixa claro o quanto a cultura moderna sofreu um processo de secularização, praticamente universal, e que contou com reações fracas ou insuficientes do público religioso.

Esse processo foi um movimento histórico semelhante ao da Reforma Protestante. No século XVIII, o movimento era conhecido como Iluminismo, e somente mais tarde

que a sua ideologia tomou o nome de Liberalismo. Tal revolução intelectual produziu a secularização da cultura ocidental e, paradoxalmente, esse movimento era originariamente religioso, mas logo depois tornou-se anticatólico, como na Alemanha, no norte da Inglaterra e sobretudo na Holanda, com o seu “velho espírito calvinista de oposição a Roma e à monarquia contrarreformista (p. 53).

A Revolução de 1688 foi a maior vitória do protestantismo ao pender a balança do poder pela primeira vez para os protestantes, ao enfraquecer a monarquia francesa. Já na Inglaterra, novas alianças entre clérigos e as novas formas protestantes (como os presbiterianos), criou-se uma nova ordem, claramente burguesa em oposição à forma tradicional da sociedade.

Seu líder, descendente de Guilherme de Orange, promoveu longa batalha contra Luís XIV, enfraquecendo a força monárquica francesa e favorecendo os protestantes. Na Inglaterra “o novo regime adquiriu caráter claramente burguês, que transformou gradualmente a estrutura tradicional da sociedade” (p. 54).

Ao mesmo tempo, com o desequilíbrio de forças na economia, houve a decadência dos camponeses e livres artesãos. A caridade e a atitude cristã em direção aos pobres foi abandonada, em busca do egoísmo e “o amor pelo dinheiro deixou de ser

a raiz de todo mal e se tornou o motor da vida social” (p. 55). Por trás dessa mentalidade não estavam apenas os interesses materiais, mas a força moral do individualismo puritano e certo pensamento filosófico.

Progressivamente, Deus era excluído da esfera científica e filosófica, embora a maioria dos filósofos não negaram explicitamente a religião: “a nova ciência era tão hostil ao supernaturalismo e ao elemento miraculoso do cristianismo quanto a nova filosofia, e se revelou um dos principais fatores na secularização do pensamento europeu” (p. 57).

O racionalismo e o naturalismo inspiravam a filosofia e se opunham ao catolicismo barroco. Era o produto de uma cultura laica que se desenvolvia desde o Renascimento e desconfiava do clero, ao controlar a educação e o pensamento. Tratava-se de vincar a supremacia da razão contra a ortodoxia da tradição e contra o princípio de autoridade.

“No século XVIII, o humanismo inglês se reconciliou com a ética puritana, e o racionalismo com a teologia protestante [...]. Pois a maior ameaça à ordem estabelecida veio da direita, e não da esquerda, e o medo de uma contrarrevolução jacobina fez com que os apoiadores dos princípios da revolução adotassem uma atitude conservadora do *status quo*” (p.59). Por outro lado, “a imponente unidade do absolutismo francês e do catolicismo era como uma fortaleza que precisava ser

destruída antes que a cidade pudesse ser tomada pelas forças do liberalismo e da revolução” (p. 59-60).

O Iluminismo filosófico é encarado por Dawson como uma “segunda Reforma que levou a revolta contra a autoridade e a tradição da esfera teológica para a cultura secular” (p. 60). Esses neorreformistas repetiram as agressões ao Catolicismo, no tocante ao poder sacerdotal, ao fator sobrenatural, à vida religiosa e ao que chamavam de “obscurantismo escolástico” (p. 60). Para eles “a tradicional ordem social e religiosa da cristandade ocidental era uma estrutura gótica antiquada e não mais habitável” (idem).

A nova filosofia desenvolvida na França não se opôs a nenhuma das seitas lá existentes, mas fez oposição radical à Igreja Católica, que trabalhava pela educação popular, enquanto os filósofos influenciavam as elites que formavam a opinião pública. De fato, “com a queda dos jesuítas, a Igreja perdeu sua influência sobre as mentes das classes dominantes, e os filósofos tomaram o lugar dos confessores e guias espirituais dos reis e ministros” (p. 68). Em toda a Europa, os estadistas realizavam reformas administrativas, sociais e econômicas, que visavam extinguir os restos de influência medieval na população.

A seguir, o Autor trata do nascimento da democracia moderna (cap. 3), cujas raízes se ligam à história do liberalismo e às Revoluções Inglesa, Americana e

Francesa, expressões do Iluminismo. Dawson nota que a revolução nas ideias, obra de uma minoria de letrados, não foi de nenhum modo um movimento democrático. O povo, por sua vez, ainda guardava tradições e costumes antigos, graças aos regionalismos e à influência da Igreja nas camadas populares. Para penetrar nestas, os iluministas sabiam muito bem que deveriam transformar a sua filosofia em uma espécie de religião: “deixar de ser meras ideias e se tornar artigos de fé” (p. 73).

O Liberalismo “religioso” foi propagado por Rousseau, o profeta da nova fé: “a religião da democracia” (p. 74), invocando o próprio sentimento religioso contra os filósofos. A sua sutil revolução não era política ou econômica, mas espiritual, encontrando uma particular expressão no Liberalismo e, por sua posição antiburguesa, no que viria ser o Socialismo e no Anarquismo. Criou o ideal da democracia, não como um regime político, mas como uma forma de vida.

Rousseau sabia que a aplicação de seu ideal democrático seria irrealizável em Estados grandes e centralizados, por onde acreditava que seria factível em Estados pequenos como os cantões suíços, onde os cidadãos pudessem participar ativamente da vida pública. Enquanto isso, uma democracia nascia do outro lado do Atlântico. Um grupo de exilados puritanos aportou nas praias virgens da Nova Inglaterra e assinou um Pacto Social, constituindo um grupo

civil político e prometendo obediência à vontade geral. Era a realização do ideal de Rousseau de uma sociedade baseada em princípios naturais e no espírito de fraternidade e igualdade. Assim, a Revolução Americana assumiu o formato da Revolução Francesa antes mesmo que os Estados Unidos adquirissem forma política.

Com a Revolução Americana, os liberais europeus foram tomados de nova esperança. Antes mesmo da Revolução Francesa, ministros de Luís XVI já haviam antecipado atos revolucionários como a abolição dos *Parlements*, dos jesuítas e das guildas. Quanto ao próprio monarca francês, Dawson sustenta que nenhum outro governante do séc. XVIII era mais bem-intencionado do que ele, no entanto, falsas reformas acabaram por desacreditá-lo, levando o *Ancien Régime* à beira da ruína. Ao mesmo tempo, a crítica revolucionária do Iluminismo havia minado os fundamentos religiosos da ordem tradicional, e as bases funcionais foram corroídas pela mudança econômica.

A nobreza se corrompeu com “a perda de fé em si mesmos” (p. 92) e tomando a vanguarda do Iluminismo. Ao mesmo tempo passaram a ser visto como parasitas do campesinato, aplaudiam a propaganda anticlerical dos filósofos, os sentimentos democráticos de Rousseau e outros, e ridicularizavam a “barbárie” gótica da velha ordem. “Foi apenas nas províncias mais remotas, onde a nobreza havia preservado as

relações tradicionais com a terra e os camponeses, e onde a influência do Iluminismo era inexistente, que eles ergueram uma resistência formidável ao progresso da Revolução” (p. 92). Alhures, a aristocracia caiu como árvore podre, renunciando seus direitos e privilégios quase sem lutar.

O povo era fiel ao rei e amava a Igreja, mas sem a orientação da nobreza intermediária. Com as mudanças econômicas das décadas anteriores, os burgueses triunfaram sobre a nobreza.

Nesse sentido, as agitações sociais de 1789 reuniram multidões fanatizadas por um ideal religioso, com a meta de substituir o Cristianismo pelo credo de uma nova era. A Revolução Francesa, ancorada em ideias de significação internacional, tornou-se uma revolução mundial, que visava reestabelecer os supostos direitos roubados pela tirania dos reis e dos padres. Contudo, os revolucionários se distanciaram ainda mais do povo. Para o povo, Bastilha não era senão um nome.

O dia 14 de julho de 1790 “marca o clímax da Revolução Liberal” (p. 105) com a reunião de várias cidades no Campo de Marte para celebrar “a nova religião do patriotismo e dos ideais da liberdade, igualdade e fraternidade” (idem). Antes, porém, a Assembleia Nacional aprovou uma lei que desfazia a última relação existente entre a Igreja e o estado no *Ancien Régime*.

Toma forma a Igreja Galicana, reforma ainda mais drástica que a

de Henrique VIII na Inglaterra. A destruição de mosteiros, a abolição de ordens religiosas, a constituição civil do clero, o confisco das propriedades da Igreja e outras medidas anticatólicas provocaram catástrofes que se manifestaram na fase mais violenta da Revolução. A Assembleia obrigou a hierarquia eclesiástica a assinar a Constituição Civil do Clero e criou um sistema religioso. O *Abbé* Fauchet propôs uma única religião verdadeira, a “do amor”. Os católicos leais ao papado foram perseguidos e considerados desleais à Constituição. Com isso, crimes e abusos foram cometidos (p. 109). Além disso, forçaram o Rei, que tentava sair de Paris para comungar de um padre não juramentado, a participar do culto na igreja do Estado, ultrajando sua consciência profundamente religiosa. A Constituição de 1791 delegou funções aos diretórios eleitos localmente, deixando o rei como “um mero fantoche” (p. 111).

Novas formas revolucionárias nasceram com jacobinos, o deísmo se espalhou pelas classes intelectuais e doravante seria a razão e não mais a religião a fonte de salvação: “A Cruz foi substituída pela Árvore da Liberdade, a Graça de Deus pela Razão do Homem, e a Redenção pela Revolução” (p. 114).

Ademais, com a notícia da investida dos prussianos em Verdun, grupos de cidadãos e guardas nacionais invadiram as prisões, massacrando padres e prisioneiros políticos. “Foi a

maior matança desde a noite de São Bartolomeu; mais de 1100 pessoas morreram, incluindo a Princesa de Lamballe, o ex-ministro Montmorin, o Arcebispo de Arles, Bispos, 225 padres e vários professores universitários” (p. 119).

Essas atrocidades foram atribuídas à fúria popular, mas na realidade foi tudo planejado pelos líderes revolucionários. A responsabilidade maior recaiu sobre o triunvirato: Marat, Robespierre e Danton.

Chega, assim, o reino do Terror. A primeira assembleia revolucionária foi a reunião da Convenção Nacional, em 20/9/1792, para elaborar a Constituição, rompendo com todas as tradições, e preparar a nova ordem que viria após a queda da monarquia. Nos primeiros dias da Convenção, Robespierre escreveu: “Não é suficiente ter derrubado o trono; nossa preocupação é erigir a partir de seus escombros a sagrada Igualdade e os sacros Direitos do Homem” (p. 124). Prova-se mais uma vez que a Revolução tinha que ter ares de “religiosa”.

Tanto os jacobinos quanto os girondinos eram antimonarquistas e anticlericais. A queda da monarquia privou os católicos de sua proteção, e a feroz lei de 18 de março condenava à morte todo padre não conjurado em todo o território da república. Um movimento popular espontâneo, na Vendéia, nasceu da fé e do sentimento de alma dos camponeses. “Quando os sinos da igreja soavam o alarme, eles pegavam

seus rosários e armas, ou ancinhos, e marchavam contra o inimigo, entoando *Vexilla regis*” (p. 131). Philippeaux, um dos encarregados de combater esse movimento contrarrevolucionário, confessou: “Eles guerreiam como *sans-culottes*, enquanto nós guerreamos como sibaritas. Toda a pompa do *Ancien Régime* está do nosso lado” (idem).

Na segunda metade de 1793, a anarquia provocada pela Constituição liberal se transformou no Reino do Terror. Os Direitos do Homem e o Liberalismo foram banidos e a lei do mais forte causou todas as espécies de crimes. “Havia uma multidão de ditadores; cada representante *en mission* possuía poderes ilimitados, os quais delegava sem quaisquer reservas para todos os tipos de subalternos tirânicos” (p.133).

A nova fase da Revolução, em seu ódio contra a realeza e hostilidade ao passado, queria punir não somente seus traidores, mas também os indiferentes; quem nada fizesse pela república era considerado inimigo dela e então era punido. Vários dos seus líderes eram ex-oratorianos e se tornaram missionários do terror, da revolução social e da propaganda anticristã. O Reino do Terror se tornou, em alguns de seus aspectos, o precursor do Socialismo. No mês de outubro de 1793, em Lyon, as sociedades anticatólicas encenaram uma “manifestação anticristã, na qual um jumento, usando batina e mitra, arrastava um missal e os Evangelhos

pelas ruas” (p. 136-137). Depois, fecharam as igrejas de Paris, e Notre-Dame tornou-se o templo da razão. As blasfêmias dos hebertistas chocaram os sentimentos religiosos dos católicos e de todos os que acreditavam em Deus. “Até mesmo a opinião revolucionária estava chocada com tal brutalidade e violência, e um movimento de reação contra os excessos do Terror começou a se fazer sentir” (p. 137).

Houve lutas tremendas entre facções opostas, moderados e extremistas, até que a Revolução deixou o Liberalismo burguês e se voltou para o Socialismo, usando esta palavra em seu sentido moderno, para formar uma nova ordem social baseada na igualdade econômica. Também, as ideias de liberdade de Saint-Just eram explicitações socialistas. Seu programa social unia a esquerda e as pessoas comuns ao governo. A justiça deveria ser para a comunidade, e não para o indivíduo. O importante não eram os interesses individuais, mas o interesse do Estado. Era preciso eliminar os que se opunham à Revolução e transferir suas propriedades para o povo. “Foi nesse espírito de absolutismo infalível que Saint-Just preparou os terríveis relatórios que envolveram hebertistas e dantonistas, moderados e extremistas, idealistas conspiradores em uma destruição comum” (p. 141). Predeceu os hebertistas e dantonistas, executou-os e fez um expurgo que abalou o próprio organismo revolucionário. O povo percebeu que seus líderes eram traidores

e não sabia mais em quem confiar. Veio então a queda da Montanha.

Para alguns de seus líderes, a Revolução Francesa não era só um evento político, mas uma crise na história mundial, que anunciava um mundo novo. Procuravam um progresso baseado nas paixões, não fundado na moralidade e na virtude, mas na violência e no crime. “A mais perigosa de todas as formas de conspiração é aquela que mina o Estado pela corrupção da moralidade pública, e a maneira mais sutil e traiçoeira de desmoralizar a sociedade é destruir, em nome da razão e do esclarecimento, as crenças religiosas nas quais repousa a moralidade” (p. 146-147).

Eis um pouco do resultado da Revolução: Nos três últimos meses do Reino do Terror, foram condenados o maior cientista, o maior poeta e a mais nobre das damas francesas: Lavoisier, André-Chénier e Madame Elizabeth. Veio, depois, a queda de Robespierre da Comuna Revolucionária, o fim dos jacobinos e terminou o Reino do Terror. Na mente popular, Robespierre ficou ligado ao sistema terrorista, pois foi ele um dos responsáveis pela lei que levou à guilhotina 1366 indivíduos nas últimas sete semanas de sua atuação.

Com a queda dos jacobinos, a Revolução retornou ao idealismo burguês dos girondinos e da Assembleia Constituinte. Livre da ditadura da Montanha e do medo do tribunal revolucionário, a Convenção

novamente encontrou seus líderes nos representantes do constitucionalismo liberal ortodoxo. A reação foi tão longe que os monarquistas tomaram coragem de tentar a restauração da monarquia e o governo conciliou monarquistas e católicos. Os vandeianos, massacrados pelas *colunas infernais*, se viram em condições de obter a paz. “A liberdade religiosa foi garantida, os padres teriam permissão para exercer seu ministério sem empecilhos e os vandeianos foram até mesmo dispensados do serviço militar e receberam uma indenização por suas perdas” (p. 162).

Essa pacificação, após a derrota dos jacobinos, favoreceu os moderados que queriam voltar aos ideais constitucionais do início da Revolução. Mas, nos vaivéns da caminhada desta, o último ato da Convenção foi restabelecer a legislação contra os padres e o diretório, sob aparência constitucional, e manteve uma ditadura velada.

Para atingir a igualdade social, precisava eliminar o direito à propriedade. Assim nasceu o primeiro movimento socialista dos tempos modernos. A Revolução tornou-se uma declaração de guerra entre ricos e pobres. Babeuf liderou esse movimento, aglutinando os que ainda acreditavam no jacobinismo, portanto com o apoio dos sobreviventes da Montanha.

Seguiu-se à Revolução um movimento religioso nos povos latinos, germânicos e nos países católicos em geral, não excetuando os países

protestantes. Apesar da corrupção das elites, a fé do povo continuava mais forte do que nunca. Com as decepções de 25 anos de revoluções, surgiu uma tendência nova, oposta ao Iluminismo, que encontrou em Joseph de Maistre um de seus principais representantes.

Napoleão Bonaparte, com suas grandes conquistas, veio realizar na prática muitas das ideias propugnadas pela Revolução, mas de modo artificial e totalitário. Seu imperialismo militarista parece o contrário do Liberalismo, mas, na realidade, foi o realizador das conquistas da Revolução. Com ele, a França inaugurou o sistema unificado de educação e influenciou a ordem política e social de toda a Europa. Varreu ainda as influências do Sacro Império e do feudalismo. Unificou parte da Alemanha e vários outros países, mas não foi uma unidade orgânica, e sim uma estrutura artificial. A queda de Napoleão e a restauração dos Bourbons não puseram um fim ao movimento revolucionário, cujo espírito sobreviveu nos movimentos nacionalistas que se espalharam pela Europa como uma epidemia.

Na segunda metade do século XIX, e durante todo o século XX, o progresso da Revolução foi marcado pela Revolução Industrial, que se desenvolveu na Inglaterra, em outros países da Europa e depois nos Estados Unidos, com o

domínio da tecnologia, que promoveu o progresso industrial e o sufocamento da agricultura e de todo o sistema tradicional baseado na livre iniciativa e na vida orgânica da sociedade, equilibrada, temperada e sustentada pelos princípios da Civilização Cristã. As duas guerras mundiais do século XX foram meios eficazes de destruição da ordem antiga, obrigando os países a desenvolverem mais a tecnologia e fomentar o materialismo, que no campo político já se desenvolvia por intermédio de duas ideologias aparentemente opostas: o comunismo na Europa Oriental e, na Ocidental, o nazismo, fascismo e outras facções afins com o nacional-socialismo.

Ao par de tudo isso, apesar de tantas deformações e decadência, o catolicismo continua sendo a força propulsora das mentalidades em todo o ocidente cristão.

Fazemos nossas as palavras da conclusão: “Por conseguinte, é para o cristianismo que a cultura ocidental deve se voltar em busca de liderança e para ajudar na restauração da unidade moral e espiritual da nossa civilização. Se não o fizer, isso significará a falência do cristianismo ou a condenação da civilização moderna” (p. 212).

Antônio Chaves Sobrinho
(Professor – IFAT)